

OS MANUAIS ESCOLARES DE CABO VERDE (1994-2018):

A construção da identidade nacional Cabo-Verdiana em questão

CAPE VERDE'S SCHOOL MANUALS (1994-2018):

The construction of the Cape Verdean national identity in question

MANUALES ESCOLARES DE CABO VERDE (1994-2018):

La construcción de la identidad nacional cabo-verdiana em cuestión

Jezabel Mitsa do Nascimento Gertrudes

Mestre em Educação e doutoranda em Sociologia pela UFSCar - gertrudesjezabel@estudante.ufscar.br

Tatiane Cosentino Rodrigues

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSCar – tatiane.rodrigues@ufscar.br

Recebido em: 19/08/2021

Aceito para publicação: 18/09/2021

Resumo

Este trabalho se insere no campo dos estudos sobre livros didáticos ou manuais escolares como materiais formativos e constitutivos do currículo escolar. Com foco na representação da diversidade étnico-racial e de gênero, o artigo proposto visa apresentar os resultados da análise realizada dos manuais escolares de língua portuguesa de Cabo Verde, no período de 1994 a 2018. A partir da análise de três coleções, com 12 manuais do ensino básico, abordaremos, neste artigo, as representações de: a) criança e infância; b) língua e linguagem; c) história e identidade cabo-verdiana, que perpassam os manuais aliados ao contexto histórico e político do período analisado, bem como a política de elaboração destes materiais. A principal hipótese defendida no trabalho é que o processo de escolarização, mesmo após a independência do país, ainda coexiste com um projeto de desafricanização de Cabo Verde, que se reverbera nos materiais produzidos no próprio país.

Palavras-chave: Cabo Verde, Manuais Escolares, Educação, Relações étnico-raciais

Abstract

This work is part of the field of studies on textbooks or school manuals as formative and constitutive materials of the school curriculum. With a focus on representing ethnic-racial and gender diversity, the proposed article aims to present the results of the analysis carried out of Cape Verde's Portuguese-language school manuals, from 1994 to 2018. From the analysis of three collections with 12 basic education manuals, in this article we will approach the representations of: a) children and childhood, b) language and language and c) Cape Verdean history and identity that permeate the manuals allied to the historical and political context of the period analyzed, as well as the policy for preparing these materials. The main hypothesis defended at work is that the schooling process, even after the country's independence, still coexists with a project for the de-Africanization of Cape Verde that reverberates in the materials produced in the country.

Keywords: Cape Verde, School Manuals, Education, Ethnic-racial relations

Resumen

Este trabajo forma parte del campo de estudios sobre los libros de texto o manuales escolares como materiales formativos y constitutivos del currículo escolar. Con un enfoque en la representación de la diversidad étnico-racial y de género, el artículo propuesto tiene como objetivo presentar los resultados del análisis realizado de los manuales escolares en lengua portuguesa de Cabo Verde, de 1994 a 2018. A partir del análisis de tres colecciones con 12 manuales de educación básica, en este artículo abordaremos las representaciones de: a) los niños y la infancia, b) el lenguaje y el lenguaje y c) la historia e identidad caboverdiana que impregnan los manuales aliados

a la historia y contexto político del período analizado, así como la política de elaboración de estos materiales. La principal hipótesis que se defiende en el trabajo es que el proceso de escolarización, incluso después de la independencia del país, aún coexiste con un proyecto de desafricanización de Cabo Verde que repercute en los materiales producidos en el país.

Palabras clave: Cabo Verde, Manuales escolares, Educación, Relaciones étnico-raciales.

Introdução

Neste artigo, estão reunidos resultados parciais de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) em parceria com o CNPq.

Tendo como foco o sistema de ensino de Cabo Verde, o trabalho teve como objetivo analisar de que forma a temática da história e pertencimento étnico-racial perpassa os currículos escolares em Cabo Verde, tendo este processo se desenvolvido por meio da análise de manuais escolares¹ que operam neste contexto, não apenas como instrumento pedagógico fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, mas como livros que são lidos e de amplo acesso às crianças, daí a importância deste como objeto deste estudo.

Foram analisadas três coleções, totalizando doze livros de língua portuguesa, o que compreende um intervalo de tempo de 1994 a 2018, ano de publicação da última coleção que está atualmente em uso em Cabo Verde. Essa delimitação possibilitou a realização de uma análise comparativa quanto aos processos de mudanças nos manuais que eram produzidos e publicados por editoras portuguesas e que, atualmente, estão sob a tutela da Imprensa Nacional de Cabo Verde.

A definição do recorte pelos manuais de Língua Portuguesa se deu pelo fato da língua ter sido um dos principais instrumentos utilizados durante o processo de colonização, visto que a lógica portuguesa de colonização foi além de mercantilista, com uso da subordinação sociocultural, religiosa e política. A língua cabo-verdiana, vulgarmente chamada de crioulo caboverdiano (CCV)² é a língua mais falada pelo povo de Cabo Verde. No entanto, não é a língua oficial, sendo ainda, nos dias de hoje, o português a língua de prestígio no país.

¹ Os livros didáticos em Cabo Verde são chamados de manuais escolares, adotaremos a denominação do país para se referir aos livros que são adotados no sistema nacional de ensino.

² Caboverdiano (CCV) é a grafia utilizada pelo linguista cabo-verdiano Veiga (2015), para se referir a língua crioula, que difere da grafia cabo-verdiano, com hífen - quando se refere às pessoas de nacionalidade cabo-verdiana.

Assim, este estudo foi conduzido por duas questões centrais: (1) De que forma a questão da identidade e do pertencimento étnico-raciais estão presentes nos manuais escolares? (2) Que processos desencadearam a não identificação dos cabo-verdianos como africanos?

Trata-se de um estudo bibliográfico e de análise documental. Ao analisar os manuais escolares, buscamos conhecer as possibilidades pedagógicas que o material apresenta para pensar a descolonização do currículo, observando a forma de apresentação dos conteúdos, as representações e as atividades propostas com relação às temáticas de: a) criança e infância; b) língua e linguagem; c) história e identidade caboverdiana que perpassam os manuais aliados ao contexto histórico e político do período analisado, bem como a política de elaboração desses materiais.

A construção do Estado-Nação em Cabo Verde

A população de Cabo Verde, segundo o censo de 2010, era de 491.875 habitantes (INE CABO VERDE, 2010). Desses, 71% se autodeclararam mestiços, 28% negros e 1% brancos. A capital do país é a cidade da Praia e fica localizada na ilha de Santiago, que tem o turismo, a agricultura e a pesca como atividades econômicas fundamentais.

Embora existam debates inconclusos sobre a história da relação entre Portugal e Cabo Verde, Barros (2017, p. 104) afirma que a história, tida como oficial, aponta para o “o nome de Diogo Gomes e para o ano de 1460 como os marcos do ‘achamento’ do arquipélago de Cabo Verde”, o que impacta diretamente na forma como se desenvolve a construção da ideia de Estado-Nação de Cabo Verde. Diferente dos outros espaços que foram invadidos pelos colonos, Cabo Verde seria, então, lugar sem dono, fortemente disputado, tendo Portugal como proprietário desse paraíso tropical, estrategicamente bem situado.

Além das dificuldades em datar e confirmar a chegada dos europeus na costa ocidental africana, existem indícios de que povos bantus³ teriam viajado pela costa ocidental africana,

³ No volume III da História Geral (2010, p. 169-195) da África, indica-se este trânsito dos povos bantus da África Ocidental para a África Central. Os bantus são provavelmente originários dos Camarões e do sudeste da Nigéria. São um grupo étnico-linguístico, localizado principalmente na África Subsariana, e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo é a língua banta. Por volta de 2 000 a.C., começaram a expandir seu território na floresta equatorial da África central. Mais tarde, por volta do ano 1000, ocorreu uma

motivados pelo comércio e pela pesca. Logo, possivelmente, teriam chegado primeiro que os europeus nas ilhas de Cabo Verde.

Convencionou-se que o povoamento das ilhas teve início em 1462, sendo Santiago a primeira ilha a ser ocupada, seguida da ilha do Fogo, mais tarde as restantes. O tráfico de escravizados se dava na ilha de Santiago, mais propriamente na cidade de Ribeira Grande, hoje chamada de Cidade Velha, declarada pela UNESCO, em 2009, como Patrimônio Mundial da Humanidade. A localização geográfica das ilhas e os seus portos permitiram que Cabo Verde se tornasse um entreposto comercial, facilitando o acesso entre a Costa Ocidental Africana, as Américas e a Europa.

O povoamento de Cabo Verde ocorreu de forma morosa devido às condições naturais adversas, com períodos prolongados de secas, que provocaram um constante processo de emigração, fazendo com que o número de cabo-verdianos na diáspora seja mais do que o dobro de habitantes residentes no arquipélago. Após a Conferência de Berlim, que terminou com a partilha do continente, os países que assinaram a conferência decidiram pela doutrina de ocupação efetiva. Assim, concretiza-se aquele que seria o maior crime cometido contra a humanidade: a escravidão de homens, mulheres e crianças do continente africano para as Américas.

A língua crioula, ou CCV, nasce como símbolo de resistência dentro desse território de opressão que era Cabo Verde. Comumente se atribui à expansão ultramarina portuguesa à consolidação da língua caboverdiana, conferindo, assim, aos colonos, esse feito de ter proporcionado a criação de uma língua nova. No entanto, o linguísta cabo-verdiano Veiga (1982) defende o CCV como a língua que define o povo de Cabo Verde, já que esta é a língua falada por todos os cabo-verdianos desde o berço. Por isso, os cabo-verdianos não são bilíngues; só são bilíngues, os letrados. A língua oficial, o português, começa a fazer parte da vida dos cabo-verdianos quando ingressam na escola.

Notadamente, essa língua, que aparentemente era rudimentar e pouco estruturada nos dizeres coloniais, desde o início da sua formação já apresentava indícios de uma força que

segunda fase de expansão mais rápida, para o leste, e finalmente uma terceira fase, em direção ao sul do continente, quando os bantus se miscigenaram e constituíram novas sociedades.

emanava do povo, indo contra o projeto de luso-tropicalizar a costa ocidental africana através do apagamento de suas origens. A língua continua sendo secundária e de menos prestígio no país, sendo só reconhecida como tal após a Independência de Cabo-Verde e não mais como um dialeto português (Veiga, 2015, p. 183).

Em 1979, o 1º. Colóquio Linguístico sobre o Caboverdiano resultou em uma proposta de alfabeto de base fonético-fonológica. Esse alfabeto vigorou por dez anos e foi utilizado na formação de professores do ensino secundário, com o nome de “Strutura di Kriolu”, que posteriormente, na década de 1990, foi transformado em um Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano (ALUPEC).

A especificidade da língua Caboverdiana transforma-se em um dos elementos centrais na discussão da ideia de Estação-Nação em Cabo Verde. A mestiçagem e a emigração são apontadas por Lopes Filho (2011) e Madeira (2014; 2015) como os outros elementos centrais. Para o sociólogo João Madeira (2014), a mestiçagem é um valor que é preservado ao longo das gerações, e que, assim, confere a identidade cultural ao povo cabo-verdiano que seria, para esse autor, “o cruzamento de características próprias de duas civilizações, a europeia e africana, que fez emergir a mestiçagem” (Madeira, 2014, p. 9). Nessa perspectiva, a figura do mestiço, como resultado dessa miscigenação, é um “elemento na divulgação da identidade e cultura cabo-verdiana” e que, segundo Madeira, irá no final do século XIX, ocupar uma posição de mediação no esquema colonial português para a população da ilha (Madeira, 2014, p. 9).

Ao referir-se à mestiçagem como algo “preservado ao longo das gerações”, pelos cabo-verdianos, o autor traz à tona uma problemática que julgamos ser um eixo central para pensar as relações raciais em Cabo Verde. Alguns intelectuais cabo-verdianos têm uma leitura do processo de ocupação e exploração portuguesa como “conivência” e ou “fusão de vários povos”, leitura essa que se aproxima da visão de “equilíbrio de antagonismos”, descrita pelo sociólogo Gilberto Freyre (1933), em “Casa Grande & Senzala”.

Lopes Filho (2011), no artigo “Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde”, se coaduna com essa perspectiva ao ressaltar que o processo de colonização praticado majoritariamente por homens possibilitou a “interpenetração cultural” com mulheres escravizadas e, assim, a formação de uma sociedade mestiça:

Refira-se, ainda, que com a aproximação da escrava ao senhor e consequente aparecimento de filhos, resultou (muitas vezes) a sua passagem à condição de

liberta, subindo, portanto, na escala social. Neste processo de ocupação e com estratégias encontradas para a fixação, exploração económica e estabilização social, que passaram pela ligação do homem branco (senhor) com a mulher negra (escrava), surgiu o mulato, cujos pais quase sempre perfilhavam e educavam. Foi assim que se processou a ascensão do mulato (que entrou na chamada “sociedade”), vindo este, mais tarde, a suceder ao “branco do reino” nos seus cargos e honrarias. Por tal motivo era considerado socialmente o “branco da terra”, embora etnicamente fosse mestiço e apenas “branco” por condição social (Lopes Filho, 2011, p.130).

Essa ideia isenta das condições de violência de como se deu o nascimento da figura do mestiço, que foi construída e perpassou gerações e gerações, até se tornar sólida, entre o povo cabo-verdiano.

No entanto, a origem do povo cabo-verdiano não se constitui apenas dos mestiços, há também a presença de africanos da Costa da Guiné, fundamentalmente, pois não é possível precisar de onde vinham os africanos escravizados que passavam por Cabo Verde, pois essa era uma política portuguesa: dividir para enfraquecer. Nesse trânsito forçado África-Américas, africanos⁴ de diversos lugares ficaram em Cabo Verde, ou seja, nem todos eram mestiços.

O discurso da mestiçagem como valor foi fortalecido pela elite intelectual do país que após a independência, dirigiu o país. Esse grupo é composto majoritariamente pelos filhos dos ex-colonos, considerados como “socialmente brancos” e que tiveram acesso à educação formal.

A elite intelectual cabo-verdiana participou ativamente, principalmente através da literatura, do desenho do que seria a sociedade cabo-verdiana. Lopes Filho (2015) faz um quadro dos principais nomes da “elite letrada” de Cabo Verde, composta unicamente por homens. Assim, a construção do Estado-Nação está assente em matrizes eurocêtricas, brancas e patriarcais.

A primeira geração, denominada de nativistas, defendia a autonomia das ilhas e os direitos dos filhos da terra. “O seu objetivo principal consiste na luta pela igualdade em relação

⁴ É importante destacar a resistência que esses fizeram durante a ocupação colonial nas ilhas, nomeadamente os “Rebelados” Rebeldes, considerado um Quilombo em Cabo Verde. Essa comunidade surgiu em 1940, quando se revoltaram fundamentalmente contra algumas alterações que a Igreja Católica estabeleceu e se mudaram para o interior da ilha de Santiago, onde viveram e vivem seus ascendentes, isolados do resto do país até os dias de hoje.

aos da metrópole, de modo a serem reconhecidos e considerados como portugueses plenos, sem, contudo, abrir mão da mátria África.” (Lopes Filho, 2015, p. 138). Ou seja, existia um orgulho de ser cabo-verdiano, mas reivindicavam o direito de ser português também, uma dualidade identitária.

A geração claridosa surge nos anos 1930 e funda a Revista Claridade em 1936, no Mindelo, em São Vicente. Os nomes que se destacaram nessa geração foram os de Baltazar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes. Esses construíram, por meio da literatura, um espaço de afirmação da identidade cabo-verdiana.

Essa geração importou modelos brasileiros de explicação da sociedade brasileira para justificar a identidade mestiça cabo-verdiana, como lemos abaixo:

A relação estabelecida entre os intelectuais cabo-verdianos e brasileiros foi significativa, sobretudo na importação de modelos que ajudassem a definir a identidade mestiça, numa literatura, que se enquadrava na explicação da identidade dos povos das outras colónias nos trópicos. Isso aconteceu, como João Lopes explica no primeiro número da Revista Claridade, que “dada a insuficiência de materiais de estudo que permitiam refazer a história económica e social das ilhas, temos que preencher as lacunas com ilações tiradas da situação actual e subsidiariamente dos estudos levados a efeito no Brasil, para a explicação do fenómeno brasileiro. A importação de modelos explicativos dos intelectuais brasileiros viria a auxiliar os claridosos em leituras acerca da identidade mestiça e da afirmação de que Cabo Verde se destaca como uma importante região inserida nos trópicos (Lopes Filho, 2015, p.149).

Os claridosos se apoiaram na literatura brasileira, pois se aproximava da realidade local e trazia subsídios para explicar o fenómeno da mestiçagem que acontecia em Cabo Verde. Segundo Lopes Filho (2015), as semelhanças entre o nordeste brasileiro, com suas secas e períodos de fomes, resistências e reinvenções, casavam-se com a realidade vivida nas ilhas cabo-verdianas. Essa geração leu vários autores brasileiros e essas obras circularam nas escolas, fundamentalmente Gilberto Freyre. Os claridosos projetaram, assim, um caminho que mais tarde seria trilhado pela terceira geração, os nacionalistas.

Nos finais da década de 1950, o movimento de nacionalistas das colônias e o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral e outros cabo-verdianos e guineenses, aclamavam pela união do povo contra a exploração e dominação europeia nas ilhas. Esses ideais surgiram a partir do movimento libertador africano, que cresceu depois da Segunda Guerra Mundial. Os combatentes pela liberdade mobilizaram a população para lutar contra a política ultramarina portuguesa, com o objetivo de se verem livres do domínio português, que culminou, em 1975, com a independência do país.

No entanto, o discurso da mestiçagem coexiste com o racismo em Cabo Verde, que se manifesta de diversas formas: no tratamento desigual às pessoas de pele mais escura; por meio de expressões como “mandjaku” para se referir a qualquer africano que não seja de Cabo Verde; com apelidos como “cabelo bedju”, que seria o equivalente a “cabelo de bombril”. De forma semelhante ao Brasil, o racismo em Cabo Verde se dá a partir de sua própria negação e da afirmação de uma igualdade construída a partir da mestiçagem.

Eufêmia Rocha (2013) tem se dedicado ao estudo de migrações de africanos da costa ocidental em Cabo Verde e ao processo de racialização no país. A pesquisadora reuniu, junto à comunidade de migrantes oeste-africanos, residentes na ilha, relatos de que a eles é atribuída uma “identidade mandjaka” (africanos saídos oriundos da África), por meio da heteroidentificação, como forma de impor sua suposta superioridade advinda das suas características mestiças. Os traços fenótipos são definidores das relações, e são eles que orientam quais imigrantes irão ser integrados à sociedade ou não.

A centralidade do turismo radica nestas divisões, já que Cabo Verde está na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e cogita entrar na União Europeia (UE). Ou seja, existe uma flexibilidade de circulação de imigrantes pelo país devido às relações que Cabo Verde tem com o exterior. A singularidade do turismo em Cabo Verde é que, ao contrário do imaginário turístico de África como sinônimo de safaris e savanas, a ilha é veiculada como paraíso tropical de mar e sol, de praias pouco exploradas com a hospitalidade tipicamente crioula.

Furtado (2012) critica a forma como alguns intelectuais romantizam as violências físicas e simbólicas que ocorreram na formação do povo de Cabo Verde, caracterizando esse processo de “fusão de culturas européias e africanas” como criouliização, ou seja, a identidade crioula. É

comum os cabo-verdianos responderem que são crioulos quando indagados sobre a sua pertença ao continente africano.

Para o autor, a africanidade, a europeidade e a cabo-verdianidade constituem dilemas identitários em Cabo Verde. A criouldade seria o lugar de harmonia dentro desse dilema em que as contribuições europeias se sobrepõem aos hábitos africanos. Furtado (2013) ainda argumenta que a emigração tem sido peça chave para o debate identitário em Cabo Verde, pois a presença dos imigrantes da costa oeste africana tem causado tensões que tem feito emergir novamente o debate sobre o processo de formação identitária no país.

O sistema educacional em Cabo Verde

O sistema educacional de Cabo Verde pode ser compreendido em dois momentos. O primeiro, durante o período colonial e o segundo, à educação pós-independência nacional, período em que o sistema educacional de Cabo Verde esboça um caminho autônomo em relação à Portugal.

Durante o período colonial, a educação desempenhou um papel importante para que o projeto lusitano tivesse êxito, facilitando a incorporação dos hábitos e valores portugueses à colônia. Em meados do século XIX, chegaram às ilhas os primeiros sacerdotes para o projeto de catequização. Os primeiros dados sobre a educação nas ilhas remetem aos sacerdotes católicos e suas missões civilizadoras no continente, focadas no ensino da língua portuguesa.

O seminário foi fundamental para a propagação do cristianismo em Cabo Verde. Segundo dados da Direção Geral do Ultramar, em 1898 havia 73 escolas com mais de 3 mil alunos. Segundo Azevedo (1958), com o fechamento da Seminário-Liceu na cidade da Praia, por conta da separação entre Estado e Igreja, em 1910, com a proclamação da República em Portugal, criou-se o Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Gil Eanes), em Mindelo, ilha de São Vicente. A educação colonial, além de muito seletiva e discriminatória, se desenvolvia totalmente afastada da realidade nacional cabo-verdiana, pois os conteúdos dos manuais eram voltados de uma forma geral para Portugal e para a Europa.

Quanto ao acesso à educação na primeira metade do século XX, Furtado (1997, p. 87) afirma: “poucos tinham acesso ao ensino básico”. Além disso, todo o programa de ensino era

voltado para a geografia e história de Portugal e da Europa. Os cabo-verdianos eram formados para atuar fora do país.

Esse modelo persistiu com o fim da colonização nas ilhas. Afinal, aqueles que se encarregaram da administração das ilhas, após a saída dos colonos, foram os cabo-verdianos instrumentalizados dentro do sistema educativo colonial. Por essa razão, com a independência, nas mais variadas esferas da sociedade cabo-verdiana, ainda persistiram durante décadas muitos aspectos do sistema educativo do período colonial.

O segundo momento da educação cabo-verdiana no pós-independência é caracterizada por uma série de reformas e reestruturações que coexistem e se chocam com o modelo educacional anterior. Há um processo gradual de democratização do acesso, especialmente aos mais pobres, mas que não foi acompanhado de políticas de formação continuada dos professores e atualização dos conteúdos para uma educação descolonizadora.

Em 1983, ocorreu no país o II Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), que estabeleceu como princípios educativos: a) integração da educação ao processo de desenvolvimento nacional; b) reforço da identidade cultural; c) acesso universal à educação; d) integração entre teoria e prática e desenvolvimento de competências necessárias à vida.

Nos finais dos anos 1990, foi aprovada a lei de bases do sistema educativo - Lei nº 103/III/90 de 29 de dezembro, que demarcou bases para uma mudança epistemológica na educação do país, e tinha como objetivo romper com o modelo colonial de educação. Uma das mudanças curriculares garantidas por esta Lei foi, por exemplo, a criação da disciplina “Cultura CaboVerdiana”, a fim de oportunizar a difusão de conhecimentos sobre a história, cultura e língua cabo-verdianos como símbolos da resistência durante a ocupação portuguesa.

Atualmente, o Ministério da Educação e Desporto (MED) é o órgão governamental que rege a educação no país. Em 2002, o então Ministério criou o Plano Nacional de Ação de Educação para Todos (PNA – EPT), que foi elaborado a partir das diretrizes da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e da Conferência de Dakar, Educação para Todos (2000). Esses foram dois marcos importantes para as várias reformas educacionais empreendidas neste período.

Assim, uma nova estrutura para o sistema de ensino é proposta em Cabo Verde. A grande novidade desse novo sistema é a obrigatoriedade do ensino, que antes era até o 6º. ano

e agora passa a ser do 1º. ao 12º. ano de escolaridade. No entanto, a gratuidade do ensino tem a duração de 8 anos, ou seja, apenas no ensino básico.

Segundo o Anuário estatístico 2004/05 do Ministério da Educação, entre 1990/91 e 2002/03, os centros de educação infantil no país aumentaram de 138 centros de educação infantil para 419 centros. No ensino básico, o número de salas de aula passou de 1.153 para 1.798. Já no ensino secundário, o número de salas de aula passou de 138, em 1990/91, para 654 salas de aulas, em 2000/01. Com relação ao número de professores, na educação infantil, aumentou de 238 para 818; no ensino básico, de 1.807 professores (54% sem formação), para 3.170 (31% sem formação); no ensino secundário, de 364 professores (63,7% com formação) para 2.091 (61,6% com formação) (Cabo Verde, 2006).

As reformas e os dados mostram uma crescente mudança na educação em Cabo Verde. No entanto, a concepção de escola e currículo, os manuais escolares e a formação dos profissionais da educação são desafios permanentes, pois guardam ainda heranças do processo de colonização. Os cabo-verdianos, durante o processo de colonização, foram ao mesmo tempo submetidos ao trabalho forçado, através de um regime escravocrata, mas também a ações civilizacionais em acordo com os matizes culturais portuguesas.

Segundo Vieira (2012),

(...) a semelhança de outros países que passaram pela experiência da exploração e opressão coloniais, também, em Cabo Verde, a educação e a escolarização têm sido, historicamente, desenvolvidas por uma herança teórico-cultural eurocêntrica e neoliberal, baseadas numa visão universalista, homogeneizante e universalista do sujeito, do conhecimento e da história, relegando o outro para as margens do poder (Giroux, 1999), pois exclui a sua própria história, cultura e identidade do processo educacional (Vieira, 2012, p. 4).

Daí a importância de estudos que acompanhem o processo de implementação das diretrizes estabelecidas a partir da década de 1990, que sejam capazes de identificar quais são ainda os principais desafios e entraves para as mudanças indicadas.

Os manuais escolares de língua portuguesa de Cabo Verde

Os estudos sobre os livros didáticos e/ou manuais escolares vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores de diferentes áreas e com interesses diversos. A história dos livros e das

edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento em diferentes países.

Alain Choppin (2002), por exemplo, um dos precursores dos estudos sobre livros didáticos, dedicou-se à análise da evolução histórica desses materiais destacando quatro funções principais exercidas por esses: (1) função referencial, também chamada de curricular ou programática, como suporte privilegiado dos conteúdos educativos, depósito de técnicas e habilidades necessárias às próximas gerações; (2) função instrumental, que coloca em prática métodos de aprendizagem, expõe exercícios, indica caminhos para a aquisição de conhecimentos; (3) função ideológica e cultural, um dos principais vetores essenciais da língua, da cultura, reflexo dos símbolos/valores nacionais; (4) função documental, que pode fornecer sem a leitura dirigida documentos textuais e icônicos aos leitores.

No Brasil, Circe Bittencourt (2004) abordou o livro didático como política pública educacional, além de discorrer sobre a produção editorial e sua inserção na escola como objeto de cultura escolar.

O foco na representação dos personagens e da abordagem histórica em relação à questão da diversidade étnico-racial foi e continua sendo uma crítica permanente do movimento social negro e também de pesquisadores desde a década de 1930, como, por exemplo, o trabalho de Silva (1995).

É importante destacar que os manuais escolares em Cabo Verde, desde o período da educação colonial, estiveram sob direção dos colonos. Foi a partir da década de 1990 que eles passaram a ser editados em Cabo Verde.

A partir da segunda metade do século XIX, tanto em Portugal como no Brasil, começa a surgir um incentivo à produção nacional de livros escolares, com o objetivo de consolidar um projeto de nação e civilização através da transmissão do conhecimento nas escolas. O meio para a alfabetização era inicialmente as cartilhas e, posteriormente, passou-se a utilizar o livro. A escola era o lugar para civilizar e os livros traziam em sua composição, além dos conteúdos necessários para a aquisição da língua, os marcos civilizatórios da nação portuguesa. A partir de 1979, o manual escolar é definido pelo sistema educativo em Portugal como: (...) “o instrumento de trabalho que permite a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e atitudes inerentes aos objetivos definidos e aos conteúdos programáticos” (Claudino, 2011, 79).

Os manuais escolares de língua portuguesa 1996-2018

Neste artigo, apresentaremos dados parciais de uma análise realizada em três coleções que compreendem o período de 1996 a 2018, com um total de 12 livros. A análise inicial dos materiais se concentrou em elementos descritos como anatomia dos manuais, atentando para as partes da sua composição: a capa, os/as autores/as, as editoras, os índices, os exercícios e propostas metodológicas, a língua e linguagem utilizadas e as referências bibliográficas. A segunda parte da análise foi realizada a partir da leitura, sistematização dos conteúdos dos livros em três eixos analíticos: a) criança e infância; b) Língua e linguagem; c) História e identidade cabo-verdiana.

A primeira coleção analisada é composta por seis livros. Essa teve sua segunda edição em 1996, sendo produzida por editoras e autores portugueses. A coleção de Língua Portuguesa do 1º. ao 6º. anos foi coordenado pelo português Aldónio Gomes, utilizada no sistema de ensino de 1996 a 2014.

A segunda coleção, composta por quatro livros do 1º aos 4º anos, sendo os livros do 1º e 2º ano editados pela Porto Editora e do 3º e 4º anos, editados pelo Ministério da Educação e Desporto da República de Cabo Verde, foi utilizada no sistema de ensino de 2014 a 2018.

Da terceira coleção foram analisados apenas os livros dos 1º e 2º anos, pois são os livros que estão em uso em Cabo Verde desde 2018 e em fase de teste pelo Ministério da Educação. Os livros são de produção de autores e autoras cabo-verdianos em parceria com autores portugueses.

Propostas metodológicas e exercícios

No que diz respeito às propostas metodológicas e exercícios propostos nas coleções, identificamos, na primeira coleção, uma concentração de atividades e orientações para o processo de alfabetização⁵. Para o desenvolvimento dessas habilidades, o método proposto é alfabético, que consiste na aprendizagem das vogais, depois das sílabas, posteriormente as

⁵ O analfabetismo de parte significativa da população caboverdiana ainda é um desafio significativo para a educação do país. De acordo com os dados do Censo de 2000, de cada 100 cabo-verdianos de idade igual ou superior a 15 anos, 15 não sabiam ler nem escrever; e as mulheres eram a maioria dessa percentagem (32, 5% de mulheres e 16,5% homens).

palavras, frases e pequenos textos. Os exemplos são focados nas técnicas para o aprendizado da língua portuguesa, trazendo poucos elementos de contexto.

Os manuais da segunda coleção apresentam uma abordagem que está mais relacionada com o desenvolvimento das habilidades de leitura e compreensão dos textos. Os exercícios e as atividades apresentam textos e imagens que dialogam com a realidade cotidiana das crianças cabo-verdianas. Nos manuais dos 1º e 2º anos, há uma proposta de iniciação à leitura, com atividades de interpretação e compreensão dos textos, tanto visuais como escritas, e cada unidade encerra com exercícios para a revisão dos conteúdos trabalhados.

A terceira coleção apresenta uma proposta de alfabetização pelo método de vinte e oito palavras, que consiste em partir do geral para o particular, primeiro se começa com uma palavra e depois a divisão silábica da palavra, até chegar nas vogais e consoantes. O manual do 1º ano começa com a palavra “menina”, que é apresentada às crianças acompanhada de uma imagem de uma família na praia, com um exercício que solicita que o aluno desenhe o lugar onde costuma brincar. Em seguida, a menina é apresentada em uma imagem, seguido de um pequeno texto.

Criança e infância

Neste eixo, procuramos apreender de que forma os materiais representam as ideias de crianças e infância. Embora a primeira coleção de livros seja impressa em preto e branco, as capas dos livros são coloridas, com fotografia de crianças cabo-verdianas.

Identificamos, na primeira coleção, três textos presentes no manual do 3º ano que estão diretamente relacionados às vivências e imagens de crianças cabo-verdianas. São eles: “Jogos” (p.34), “Criança” (p.40) e “Os meninos e o pescador” (p. 56). As brincadeiras em Cabo Verde são sazonais – tem-se época para jogar pião, para saltar corda, para brincar de banana-verde-maduro –, e nos textos indicados são descritas algumas das brincadeiras presentes no cotidiano das crianças em Cabo Verde, como: pião, berlindes, pé-coxinho, malha. Essas são brincadeiras de rua, muito comuns em Cabo Verde, em todos os bairros, para todas as crianças, que se encontram na rua para brincar.

O poema “Criança”, da autoria de Amílcar Cabral, revela algumas características dessa criança que vem sendo apresentada no livro. Ela tem magia, encantada, bela e simples, características que podem servir para descrever o povo cabo-verdiano ou as ilhas. É comum

poetas e músicos se valerem de palavras como “bela” e “simples” para descrever as ilhas de Cabo Verde.

No exemplo abaixo, na figura 1, é narrado o cotidiano das crianças cabo-verdianas que têm a pesca como atividade presente. A conversa entre os meninos e o pescador na beira-mar mostra como essa relação é estabelecida, na dinâmica do adulto orientando as crianças sobre como fazer um nó na corda, sobre as redes, o mar, entre outros assuntos que envolvem a pesca. Constrói-se, assim, a ideia que ser criança, em Cabo Verde, significa também estar envolvido de alguma forma com as atividades econômicas da comunidade, sejam elas a pesca, a agricultura ou o turismo.

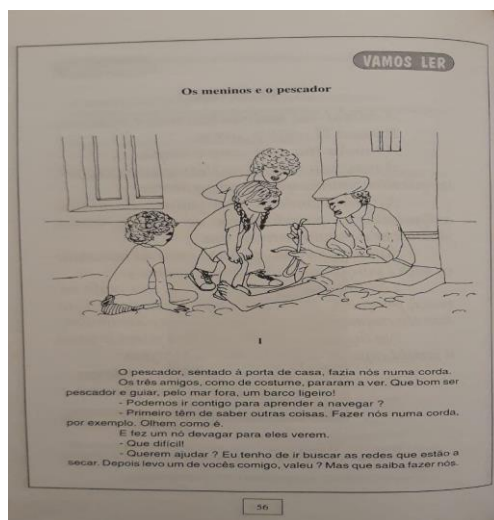


Figura 1 – Manual de Língua Portuguesa do 3º ano, Coleção 1

Em um dos textos, intitulado “O desporto”(p.16-17- 4º ano), um grupo de estudantes propõe um diálogo sobre os tipos de esportes praticados em Portugal e Cabo Verde, e um dos personagens afirma que “os exercícios físicos variam com a idade e o sexo”. Após uma das meninas discordar da afirmação, a professora interfere no debate e afirma que as mulheres são capazes de praticar qualquer desporto, mas “ela prefere os exercícios mais adequados ao seu aspecto físico e a sua sensibilidade, como sejam a ginástica, a patinagem artística e a natação”. A divisão dos papéis de gênero aparece fortemente em toda Coleção 1, reforçando lugares de meninos e meninas, e quais atividades se adequam melhor a cada gênero. Esse recorte se faz presente também em todas as imagens que remetem à composição familiar, as ilustrações posicionam as mulheres nas funções domésticas e os homens em atividades externas.

Quando procuramos por textos que remetiam à construção do ser criança, foi localizado um texto intitulado “Maninho de nha Djodj”, que se refere à descrição de um “Menino mulao de rosto redondo, lábios grosso e olhos cor de tâmara passada, Maninho de nha Djodja era o herói das tropelias da meninência do cabeça”. A parte da referência ao mulato, ao menino, é descrita com uma criança que levantava cedo e ajudava nos trabalhos de casa.

O manual apresenta uma particularidade, que é trazer textos sobre os direitos das crianças. Durante todo o manual, entre um texto e outro, aparece uma referência aos direitos das crianças. Na figura 44 do livro do 5º ano, podemos ler: “Cada criança tem direito a ser protegida contra quaisquer formas de abandono, crueldade e exploração”.

Os manuais da segunda coleção estão mais voltados para o desenvolvimento da leitura e compreensão da língua portuguesa, ou seja, explicitamente o tema “infância” não aparece com muita frequência nos manuais. No entanto, o fato dos manuais terem imagens coloridas permite com que as crianças se identifiquem com as imagens, ao contrário da primeira coleção, em que as imagens eram em preto e branco. O mundo fantasioso dos contos e fábulas volta a aparecer nessa coleção, dando destaque para os contos nacionais que também estavam na primeira. A preocupação com a cidadania das crianças é exposto principalmente em textos sobre trabalho infantil.

Quanto aos eixos de análise, percebemos uma diversidade de crianças nas imagens e figuras apresentadas. Os conteúdos abordados têm relação com o contexto em que as crianças estão inseridas e com relação a história de Cabo Verde. No manual do 1º ano, há uma referência à bandeira do país e, no 2º ano, alguns aspectos da culinária local.

Língua e linguagem

Os textos apresentados nos manuais da primeira coleção do 1º. e 2º anos, em sua maioria, não apresentam ou contextualizam o meio em que os alunos vivem. O texto intitulado “A família do Ulisses vai à pousada do Sossego” (livro 2º., p.10), por exemplo, descreve uma realidade de uma família que está de férias, viajando de carro e que possui uma casa no campo, uma realidade inexistente em Cabo Verde da década de 1990.

Na segunda coleção, notamos uma preocupação por parte dos autores em adequar a linguagem e os exemplos ao contexto dos estudantes. As imagens dos exercícios propostos

retratam esse diálogo entre o conteúdo e o meio que o estudante está inserido. As imagens e desenhos possuem crianças e adultos negros, e as profissões, os alimentos e as histórias contadas nos manuais são sobre Cabo Verde.

Ao observar a última coleção, focando na proposta de alfabetização pelo método de 28 palavras, os verbetes selecionados são os mesmos dos livros de Portugal. Mas, quando observamos as particularidades, identificamos que os desdobramentos das palavras são contextualizados para a realidade de Cabo Verde.

Quanto à forma que a língua portuguesa e a língua crioula estão presentes nos manuais, verificamos que, na primeira coleção, a língua portuguesa ocupa centralidade em todos os livros. A história de Cabo Verde se restringe a dois símbolos nacionais, a bandeira e a figura de Amílcar Cabral. A referência ao CCV limita-se aos contos orais, em que, no final dos manuais, os nomes dos personagens são escritos em CCV.

Nos manuais das duas últimas coleções, constatou-se que o CCV aparece de forma mais frequente. A língua aparece em alguns textos, como, por exemplo, na página 53 do manual do 2º ano: “Canções de Cabo Verde em Língua Caboverdiana”; na página 55 do manual do 3º ano: “Cidadão Pikinoti ou Cidadão Piknin”, em um texto que trata das diferentes variantes da língua crioula.

História e identidade Cabo-Verdiana

Na primeira coleção, identificamos a presença de contos como “História, História-Ti Lobo e Ti Ganga” (Manual 3º, p.78-80). O conto é sobre um lobo que entra na residência da galinha Ti Ganga e rouba os ovos. A galinha, ao perceber o roubo, bate no Lobo e o expulsa da sua casa. Ti Lobo e Ti Ganga fazem são personagens de uma série de contos orais, tradicionais de Cabo Verde. Os vários contos que rondam esses dois personagens têm como objetivo ensinar valores morais às crianças, ensinar sobre as noções de “certo” e “errado”.

No manual do 3º ano (p.80), o texto “Férias em Cabo Verde” exhibe dois temas que fazem parte da vida do povo cabo-verdiano: a emigração e o bilinguismo, que já explanamos anteriormente. O texto tem como personagem Helga, filha de cabo-verdianos, residentes em Lisboa, Portugal. Helga vai para Cabo Verde pela primeira vez, passar férias com as primas que vivem na cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente. Uma das preocupações da personagem é

como vai se comunicar com as primas, visto que elas falam a língua crioula, preocupação que é dissipada pela mãe da personagem que a informa que as primas estão na escola e estudam o português, ou seja, a comunicação não seria um problema. Os temas “emigração” e “bilinguismo” aparecem pela primeira vez na coleção 1, nesse texto do manual do 3o ano.

Dois textos apontam para o debate da identidade e pertencimento étnico-racial, são eles: “Menino de todas as cores” e “Os meninos e o pescador”, nas páginas 41-42 e 56, respectivamente, da primeira coleção, 3º. Ano. “Menino de todas as cores” é um poema de Luísa Ducla Soares⁶, podemos dizer que é a primeira vez que a questão da identidade étnico-racial se explicita na coleção, apontando para uma retórica de igualdade e democracia racial. O poema é sobre um menino negro que viaja pelo mundo e conhece meninos de todas as cores: meninos amarelos, brancos, vermelhos e castanhos, referindo a brancos, indígenas e árabes. Quando o menino volta para a sua terra, ele tem uma visão diferente dos meninos da sua escola: “Enquanto na escola os meninos negros pintavam em folhas brancas desenhos de meninos negros, ele fazia grandes rodas com meninos sorridentes de todas as cores” (p. 42). O poema apresenta potencialidades para trabalhar a diversidade étnico-racial, mas a proposta dos exercícios que sucedem o poema é de trabalhar as cores, são exercícios para identificar as cores presentes no poema.

⁶ Luísa Ducla Soares nasceu em Lisboa, em 20 de julho de 1939. É licenciada em Filologia Germânica pela Universidade Clássica de Lisboa. Dedicada especialmente à literatura para crianças e jovens, em prosa e poesia, publicou mais de uma centena de obras neste domínio.

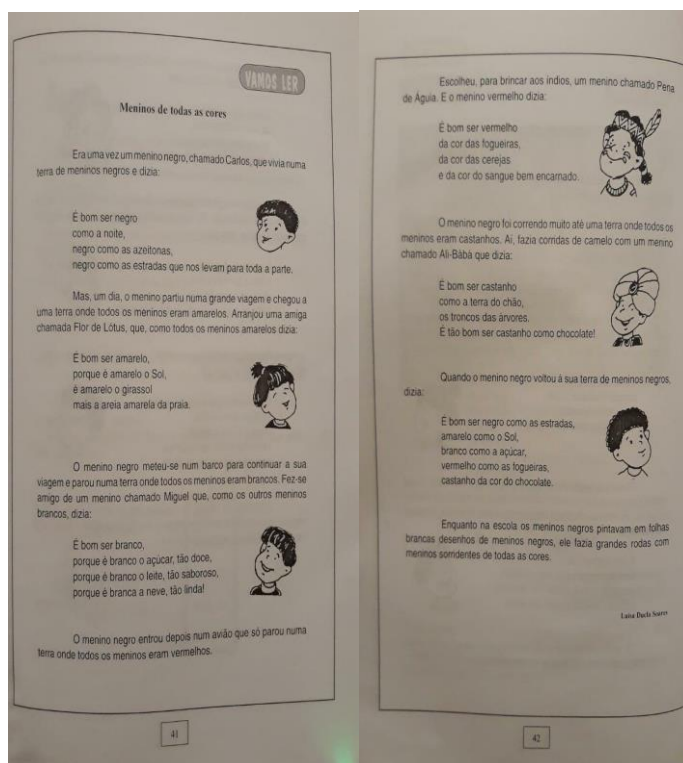


Figura 2 – Manual de Língua Portuguesa do 3o ano, Coleção 1

Vale destacar que na coleção inteira não existe nenhuma referência ao processo de colonização portuguesa. Os portugueses sempre aparecem nos manuais como povo irmão e Portugal como destino de boa parte dos cabo-verdianos. No texto “Em bom português” (5º. ano, p. 15, Coleção 1), identificamos o seguinte diálogo:

- Senhor Nhose, eu queria pa bocê b´ta uma olhada neste papel.
- Era por modo de corrigir os erros. É um abaixo-assinado, mas eu gostava mais se ele pudesse ficar em bom português de lei, está a entender, senhor Nhose?

Após o senhor *Nhose* corrigir o texto como lhe foi solicitado, ele aconselha o rapaz a ler muito para poder escrever como deve ser. A passagem desse diálogo reforça, como já argumentamos anteriormente, como o português se sobrepõe como modelo correto ao texto redigido em CCV.

Em um outro exemplo, no texto intitulado “Nha Candinha” (Coleção 1, 5º ano, p. 37), a personagem é descrita como uma “mulata muito escura, quase preta pode-se assim dizer, de

cabelos não muito crespos, sempre escondidos, porque, embora não fosse mulher do povo, usou sempre lenço”. O autor, Aurélio Gonçalves⁷, descreve uma mulher velha, carinhosa, de presença agradável, mas o que chama atenção no texto selecionado é a descrição das características físicas: uma mulata, quase preta. Essa descrição se coaduna com a rejeição dos cabo-verdianos em se identificarem como pretos ou negros, e os exemplos nos manuais reforçam a figura do mulato ou mestiço, não pretos.

Na segunda coleção, observamos que a quarta unidade dos manuais do 1º. e 2º ano se dedicam à pátria. Nessas unidades, os textos referem a um grupo de alunos que se encontram com o presidente da república para cumprimentá-lo, além de registros sobre as características de cada ilha, o hino nacional, a bandeira e a figura de Amílcar Cabral, representando o herói nacional.

Os manuais trazem alguns elementos que são constitutivos da identidade cabo-verdiana, como a língua, a cultura e os símbolos nacionais, com a bandeira e a figura do herói nacional, além das imagens que representam as ilhas e suas diversidades. Os personagens também são negras e negros. A noção de que a bandeira, a cultura e Amílcar Cabral são símbolos que representam a unidade do país aparece nos doze livros que analisamos neste estudo, nas três coleções.

O que a análise indica é que existe potencialidade pedagógica para trabalhar a história de Cabo Verde nos manuais, no entanto, essa história ainda é apresentada a partir do ponto de vista do colonizador. A identidade e o pertencimento étnico-racial estão alicerçados na ideia da identidade crioula, que, como já expusemos anteriormente, oscila entre a africanidade, às vezes negada, e a europeidade, um tanto celebrada.

De forma geral, há uma mudança importante da primeira para a terceira coleção que expressa a tentativa de se construir um projeto educacional pós independência, mas ainda há impasses, especialmente em relação ao pertencimento de Cabo Verde ao continente Africano. De forma complementar, se anuncia também uma agenda de pesquisa em educação em Cabo Verde, que poderia compreender o currículo da formação de professores, as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar bem como o currículo da educação primária.

⁷ António Aurélio Gonçalves, conhecido como Nhô Roque, foi um escritor, crítico, historiador e professor cabo-verdiano.

Considerações finais

Este trabalho se alia ao campo de pesquisa em educação, que tem como foco o desenvolvimento dos sistemas educacionais dos países africanos no pós-independência. Embora não seja um campo de pesquisa recente, é possível afirmar que o sistema educacional de Cabo Verde ainda foi pouco⁸ pesquisado e que trabalhos complementares à análise aqui apresentada precisam ser realizados, especialmente, com foco nos processos de formação de professores.

A educação passou a ser, para os países africanos independentes, ação prioritária para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, há uma situação de extrema desigualdade e diferença face ao legado dos Estados coloniais nos diferentes países. Há um debate permanente sobre a necessidade de africanização da educação e sobre a possibilidade de desenvolvimento de recursos e métodos próprios das sociedades africanas na educação, em ruptura com a herança colonial.

Esta crítica ocupou parte das produções sobre o tema nas décadas de 1960 e 1970, como expressa o trabalho de Walter Rodney, “How Europe underdeveloped Africa”. Nas décadas de 1980 e 1990, tem-se o desenvolvimento de uma nova geração de estudos sobre o fato colonial, como sintetizam Labruen-Badiane, Suremain e Bianchini (2012), em número intitulado “L’ecole en situation postcoloniale”. Segundo os autores, neste período, foram publicadas sínteses amplas, focadas na economia da educação, nos indicadores de desigualdade e precarização da formação de professores. São exemplos os trabalhos de Babs Fafuwa (1991), “History of Education in Nigeria”, e Sskamwa (1997), “Development of Education in Uganda”.

Nos últimos anos, tem se enfatizado estratégias e percepções de atores da escola em diferentes países as assimetrias de gênero e estratégias educativas de resistência à escolarização colonial. A questão da africanização ainda se faz latente, especialmente em contextos como os

⁸ Identificamos, na Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses, três pesquisas sobre livros didáticos ou manuais escolares, como é nomeado em Cabo Verde: “Análise dos manuais de língua portuguesa dos 7º. e 8º. anos de escolaridade em Cabo Verde: um olhar sobre a escrita”, de autoria de Adelcise Dorilde Rodrigues Ramos (2012); “Material didático no ensino de artes na Escola Industrial e Comercial do Mindelo – Cabo Verde”, da autoria de Mirella Mileidy dos Anjos Assunção Luz (2013); “Nos Circuitos da história: mulheres e identidades na educação em Cabo Verde e a produção da cartilha: A participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde”, autoria de Gleiciane Brandão Carvalho (2018).

de Ruanda e África do Sul, em que o tema transformou-se definitivamente em pesquisa, em 1994, ano da eleição de Nelson Mandela, junto ao desafio epistemológico de considerar os saberes locais e informais dentro dos saberes acadêmicos, numa perspectiva de recriação indenitária pós-apartheid.

No contexto de Cabo Verde, identificamos dois que se somam a este debate. Carvalho (2018), no trabalho sobre a participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde, apresenta as mulheres que estiveram na construção da história do país, resgatando a atuação dessas que atuaram ativamente nas lutas de independência em Cabo Verde e foram apagadas da história.

A hipótese inicial da pesquisa era a de que os manuais escolares continuavam reproduzindo ideologias colonialistas, com conteúdos desconectados da realidade cotidiana do povo cabo-verdiano, contribuindo para o distanciamento e não pertencimento com relação ao continente africano. Após a análise das coleções, identificamos mudanças qualitativas na produção dos materiais, especialmente a partir da segunda coleção, mas há ainda uma tensão entre a africanização ou não de Cabo Verde.

Assim, duas questões parecem ser centrais para este debate: o bilinguismo e a revisão da história de Cabo Verde a partir do questionamento da mestiçagem como mito fundador da identidade cabo-verdiana.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Ávila de (1958). Política de Ensino em África. Revista de Estudos de Ciências Políticas e Sociais • nº 13.

BARROS, Victor (2017). A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento? Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past n. 5 •75-113.

BITTENCOURT, Circe (2004). Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez.

CABO VERDE (2006). Ministério da Educação. Anuário estatístico 2004/05. Praia: GEP.

CARVALHO, Gleiciane B. (2018). A participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde. Gleiciane Brandão Carvalho, São Luís, 2018.

CHOPPIN, Alain (2002) História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.

Revista Paedagogica Histórica v. 38 • n. 1 • 21-49. Tradução de Maria Adriana C. Cappello.

CLAUDINO, Sérgio (1989). Geografia: para quê, como? In: III Encontro Nacional de Professores de Geografia. Associação de Professores de Geografia, Porto, p. 74-81.

_____. Portugal através dos livros didáticos de geografia. Século XIX. As imagens intencionais. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.

FURTADO, Cláudio (1997). Gênese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde. Praia: Instituto Nacional de Estatística.

— (2012). Raça, Classe e Etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do Silêncio. Afro-Ásia n.45 • 143-171.

— (2013). Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido. Ciências Sociais Unisinos v. 49 • n 1 • 2-11.

FREYRE, Gilberto (2005). Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora.

LOPES FILHO, João (2011). Mestiçagem, Emigração e Mudança. ÁFRICA Revista do Centro de Estudos Africanos n. 29/30 • 129-140.

LUZ, Mirella M. dos A. A. (2011). Material didático no ensino de artes na Escola Industrial e Comercial do Mindelo – Cabo Verde. Trabalho de conclusão de curso de Artes Plásticas, habilitação em Licenciatura, Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Brasília.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, III (2010). África do século VII ao XI. Mohammed El Fasi. Unesco.

RAMOS, Adelcise D. Rodrigues (2012). Análise dos manuais de Língua Portuguesa dos 7º e 8º anos de escolaridade em Cabo Verde: Um olhar sobre a escrita. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Lisboa. Lisboa.

ROCHA, Eufémia (2013). Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente? Ciências Sociais Unisinos v. 49 • n. 1, p. 12-19.

SILVA, Ana Celia (1995). A discriminação do negro no livro didático. Salvador, CED.

VEIGA, Manuel (1982). Diskrison strutural di língua Kabuverdianu. Praia. Institutu kabuverdianu di livru.

— (2015). Cabo Verde: da Diglossia à construção do bilinguismo. Revista PAPIA v.25 • n. 2 • 177-187.

VIEIRA, Arlindo M. (2012). Reformas Curriculares em Cabo Verde. Cabo Verde, Praia.